



Psicologia em Pesquisa

<https://periodicos.ufjf.br/index.php/psicologiaempesquisa>



O verdadeiro *self* em Winnicott e a questão da identidade

The winnicottian true self and the question of identity

El verdadero self en Winnicott y la cuestión de la identidad

Lucas Bulamah ¹ & Daniel Kupermann ²

¹Universidade de São Paulo (USP). Email: bulamah@gmail.com

²Universidade de São Paulo (USP). Email: danielkupermann@gmail.com

RESUMO

O tema da identidade tem sido abordado criticamente por diversas disciplinas, representantes do chamado pós-estruturalismo, inspiradas no descentramento freudiano do sujeito. Neste artigo, investigamos a noção winnicottiana de verdadeiro *self* com o intuito de apontar para uma alternativa à postulação do psicanalista inglês como antagonista da desconstrução operada pela abordagem pós-estruturalista das identidades. Associado ao postulado do núcleo incommunicável do *self* como uma instância indisponível à relacionalidade com objetos objetivos, o verdadeiro *self* advém tanto como representante de uma experiência primordial de indeterminação, na qual a distinção entre eu e outro estão fundamentalmente excluídas, quanto como instância resistente à determinação identitária característica da relação com objetos objetivos.

PALAVRAS-CHAVE:

Teoria psicanalítica; Pós-modernidade; Self.

ABSTRACT

The notion of identity has been critically addressed by many theories inspired by the Freudian decentering of the subject, aligned to the so-called post-structuralism. In this paper, we investigate the winnicottian true self, proposing an alternative to the positioning of Winnicott as an antagonist of the deconstruction operated by the post-structuralist approach to identities. Associated to the notion of the incommunicable core self as an instance unavailable to the relationship with objective objects, the true self emerges both as a representative of a primordial experience of indeterminacy, in which the distinction between I and other are fundamentally excluded, and also as an instance resistant to the identitarian determination, characteristic of the relationship with objective objects.

KEYWORDS:

Psychoanalytic theory; Postmodernity; Self.

RESUMEN

El tema de la identidad ha sido abordado críticamente por distintas disciplinas inspiradas en la descentralización freudiana del sujeto, representantes del llamado postestructuralismo. En este artículo, investigamos la noción winnicottiana del verdadero *self*, con el objetivo de proponer una alternativa al posicionamiento del psicoanalista inglés como antagonista de la desconstrucción operada por el enfoque postestructuralista de las identidades. Asociado al postulado del núcleo incommunicable del *self* como una instancia no disponible para la relación con objetos objetivos, el verdadero *self* adviene tanto como el representante de una experiencia primordial de indeterminación, en la cual la distinción entre el Yo y el otro están fundamentalmente excluidas; y como una instancia resistente a la determinación identitaria característica de la relación con objetos objetivos.

PALABRAS CLAVE:

Teoría psicoanalítica; Posmodernidad; self.

Informações do Artigo:

Lucas Bulamah
bulamah@gmail.com

Recebido em: 21/08/2019
Aceito em: 03/10/2019

A partir das últimas décadas do século passado, grande parte dos países do ocidente testemunhou a intensificação de uma série de movimentos progressivamente organizados, engajando-se em uma luta por ocupar espaços e reivindicar, para si próprios, enquanto sujeitos, a feitura dos discursos que antes os tomavam como objetos e aceptores passivos (Bulamah & Kupermann, 2014). Juntamente a tais movimentos contestatórios, uma corrente do pensamento contemporâneo também tomou força acadêmica e política, chamada de forma abrangente de pensamento pós-moderno, ou mais especificamente, pós-estruturalismo.

Coerente com seu próprio projeto, o pós-estruturalismo é dificilmente definido em caracteres estritos, podendo ser melhor compreendido através de uma apreciação dos pensadores que o representam. Entre eles, segundo Williams (2005) conta-se normalmente Jacques Derrida, Gilles Deleuze, François Lyotard, Michel Foucault e Julia Kristeva, bem como, mais atualmente, Judith Butler. Tal corrente traz em seu âmago,

enquanto denominador comum, uma apreciação pelos limites do conhecimento e do poder em seus potenciais colonizadores: limites definidos como a diferença e seus efeitos, transformações, mudanças e reavaliações. A instabilidade é considerada em oposição à estabilidade, o poder que capilariza e produz ao invés de apenas oprimir, a potência da ruptura e da subversão em choque com a norma e a convencionalidade.

Mesmo a partir desta descrição sintética, é intuitiva a percepção do quanto a psicanálise e suas teorias da vida subjetiva e intersubjetiva entram massivamente no rol de interesses deste movimento enquanto fonte e alvo de reflexões. As pulsões, que tanto no princípio das reflexões freudianas quanto no postulado das origens do sujeito, são propostas como independentes de seus objetos (Freud, 1905/1973); o inconsciente e seus modos de funcionamento móveis e criativos (Freud, 1915/2010), rebeldes à hipertrofia de um Eu regulador e racional; a valorização do sujeito falante e da operação dos discursos na gênese contingente e histórica desse mesmo sujeito, em detrimento de concepções biologizantes e essencialistas; o papel da associação livre e da criação pessoal de sentidos na técnica clínica, opondo-se ao exercício diagnóstico impositivo exemplificam o quanto Freud e seus leitores dão força e provocam um pensamento contemporâneo baseado nos limites e na diferença.

Com efeito, da obra freudiana, desprenderam-se distintas leituras que ora valorizavam o Eu integrado e soberano, bem como a necessidade de tomar tal projeto como norte, ora exploravam o aspecto disruptivo e subversivo do Isso, trazendo ao centro do palco sua potência mutativa e irrepreensível aos parâmetros da Razão (Whitebook, 1992). O mesmo dificilmente pode ser dito, porém, do legado winnicottiano, que tende a ser ignorado por autores do campo transdisciplinar contemporâneo, ou é escalado como representante de uma alternativa contrária aos supostos abusos do pós-estruturalismo (Bowker & Buzby, 2017). Ensaçando uma retomada de Winnicott junto ao pensamento filosófico em distintas vertentes, Benilton Bezerra Jr. e Francisco Ortega (2007) levantam alguns fatores para a ausência do pensamento winnicottiano no debate filosófico atual:

Por conta de suas premissas naturalistas e do estilo quase coloquial presente em seus escritos, que revelam a ausência de uma formulação mais claramente sistemática de seu pensamento,

Winnicott foi com frequência considerado um psicanalista de consistência menos substantiva, cuja teoria se aproximava excessivamente de concepções do desenvolvimentismo psicológico e cuja clínica estaria comprometida, de forma enviesada, com ideais culturais de adaptação. (p. 8)

Acreditamos que seja produtivo e interessante valorizar o aspecto criativo das movimentações do inconsciente freudiano em detrimento de um Eu restituído na mestria de sua casa, conforme exemplificado pela lógica identitária: uma narrativa estruturada de si que garanta a continuidade entre presente, passado e futuro, garantindo o que Giddens (1991), na esteira do pensamento de Laing (1973), chama de segurança ontológica. Como esta valorização deste aspecto desconstrutivo (Frosh, 2010) do pensamento freudiano, do gesto que destitui o Eu da posição de mestria e dominação atribuída pelo racionalismo figuraria, por sua vez, em Winnicott?

Tendo isso em mente, gostaríamos de tomar como operador a noção de identidade para uma expansão do pensamento winnicottiano, apontando para a interface com alguns postulados críticos do pós-estruturalismo, inspirados pela psicanálise freudiana. Nossa hipótese é a de que este debate não é apenas possível, mas também que ele toma como linha de força algumas ideias pouco exploradas do psicanalista inglês a respeito da constituição subjetiva, da relacionalidade e da noção de verdadeiro *self*, normalmente associada a uma essência autêntica e identitária do sujeito.

Stephen Frosh (2010), comentando especificamente o tema do uso da psicanálise pelas disciplinas críticas da identidade, sintetiza bem a difícil pertença de Winnicott neste grupo. Para ele, há algo problemático na assunção progressiva e normativa desde o reconhecimento da necessidade do infante a um estado integrado de si (*selfhood*), auto-reflexivo e estável. Atualmente, repousa-se sobre a identidade, a assunção de que se trata de algo processual, distinto da fixidez que denuncia certa priorização da auto-representação e do conhecimento egoico do *self*. Por isso, questiona Frosh:

dado que a psicanálise é de várias formas desconstrutiva na medida em que busca a decomposição analítica de todos os fenômenos que confronta, não seria a busca pela

integração, refletida nas visões do *self* e da identidade encontradas em boa parte da literatura, uma maneira de evitar as ideias mais radicais e próprias da psicanálise? (Frosh, 2010, p. 114)

Os críticos de Winnicott têm razão ao opinar que o desenvolvimento, segundo seu raciocínio, aponta para formas de um sujeito integrado sob uma forma identitária, utilizando argumentos de cunho desenvolvimentista e, direta ou indiretamente, essencialista. Porém, tal característica não é tida somente como crítica e motivo de recusa do psicanalista inglês. Recentemente, em um volumoso trabalho, Bowker e Buzby (2017) advogam explicitamente em prol de um “recentramento” do sujeito, que seria uma contribuição definitiva de Winnicott, extremamente valorosa para a contemporaneidade justamente por contrariar os discursos pós-estruturalistas que investiriam um valor exacerbado na nociva proposição de uma suposta “morte do sujeito” (Lyotard, 2008). Nas palavras dos próprios autores,

se tais discursos são representativos de atitudes gerais quanto ao sujeito, ao ponto em que são proeminentes na vida política, cultural e intelectual, o “ambiente” que facilitaria as subjetividades e as intersubjetividades sadias será consideravelmente prejudicada. (Bowker & Buzby, 2007, p. 3)

E, ademais, ao propor que o foco da psicanálise winnicottiana seja a jornada individual em direção ao e a partir do ser (*being*) e sua continuidade, os discursos pós-estruturalistas e a desconstrução das identidades, para os autores (Bowker & Buzby, 2007), representariam uma nociva “*apologia* à falha na aquisição do ser (*apologia for a failure to be*)” (p. 15). Ao tentar demolir o identitarismo e celebrar a contingência e a multiplicidade das formas possíveis do ser contra a promoção de uma forma soberana e colonialista da existência, o pós-estruturalismo promove um sintoma originário da culpa cuja sustentação ético-política seria insustentável.

Discordando deste entendimento, gostaríamos de advogar que, mesmo que Winnicott não tenha apresentado o descentramento do sujeito de forma imediatamente explícita e apreensível enquanto marca distintiva de sua teorização, há elementos em sua obra que contestam a leitura de Bowker e Buzby (2007) do “recentramento do sujeito” supostamente operado por ele. Por um lado, fruto de seu trabalho clínico com

pacientes não-neuróticos, limítrofes ou *borderlines*, Winnicott apontou para a necessidade da aquisição da integração subjetiva, algo que pôde observar como algo frágil em seus desenvolvimentos normalmente em virtude de um ambiente extremamente não-hospitalar (Osimo & Kupermann, 2012). A valorização da integração subjetiva e, conseqüentemente, da constituição identitária levou teóricos como Giddens (1990, 1991) e Axel Honneth (2015), que pensam a política junto à psicanálise, a escalá-lo como apto a oferecer uma narrativa prescritiva acerca da aquisição da auto-identidade, da confiança no ambiente e nas formas de reconhecimento estabilizadoras do amor-próprio e da relacionalidade.

Por outro lado, porém, Winnicott também não se furtou de pensar o avesso dessa mesma tendência: a importância da não-integração e a radical impossibilidade de uma narrativa coerente e cognoscível do sujeito em sua instância mais idiossincrática. Junto ao psicanalista inglês, propomos demonstrar que a identidade, sem um postulado que afirme paradoxalmente sua negação, tende a efetuar um engessamento do sujeito em sua potência e mobilidade criativas.

A Cisão Patológica e a Cisão Constitutiva

É conhecido o postulado de Winnicott de que a subjetividade se divide, ou melhor, se distorça em duas partes, um *self* falso e outro verdadeiro, a fim de reagir a eventos de origem ambiental considerados como intrusivos para o processo maturacional do bebê (Winnicott, 1960/1990). O processo maturacional, diga-se de passagem, diz respeito à realização no tempo – e apoiado pelo ambiente acolhedor – de capacidades tidas pelo psicanalista como inatas, dentre as quais contamos a capacidade de simbolização e a experiência cultural (Winnicott, 1967/2005a), de reconhecer e de se relacionar com objetos externos (Winnicott, 1969/2005), de estar só (Winnicott, 1958/1990), entre outras.

Sem um outro-ambiente a princípio extremamente devotado ao infante em sua precariedade, o mesmo pode ver seus potenciais e capacidades inibidos, limitada sua capacidade de interação criativa com o mundo externo e seus objetos subjetivos (Winnicott, 1945/1987; Winnicott, 1969/2005). Com efeito, como é tradicional da psicanálise em sua corrente de relacionamentos objetivos, tende-se a distinguir entre um rol de facilitadores e sabotadores do desenvolvimento.

O falso *self*, segundo esse postulado, é a forma adaptativa e ossificada que o sujeito assume frente à impossibilidade de manifestação e experiência de seu *self* verdadeiro. Algo que pode ir desde um emprego descomprometido, como na polidez e convencionalidades sociais, até um extremo patológico em que o falso *self* assume o lugar do *self* verdadeiro, sendo a cisão própria deste último cenário. A investigação acerca da etiologia do falso *self*, conforme lemos no ensaio central sobre o assunto, *A distorção do ego em termos de verdadeiro e falso self*, deve necessariamente repousar sobre o “estágio dos primeiros relacionamentos objetais” (Winnicott, 1960/1990, p. 145), quer dizer, no momento de experiência ilusória com fenômenos emocionais tão indisponíveis à cognoscibilidade e à representação quanto o próprio Eu: os chamados objetos subjetivos. Conforme Winnicott (1948/1996) definiu anteriormente, ao caracterizar esse estágio, sua dinâmica e realidade fragmentária:

Nos momentos de quietude não há uma linha entre o interno e o externo, mas várias coisas fragmentadas, o céu visto através das árvores, algo que tem a ver com os olhos da mãe, entrando e saindo, vagando por aí. (Winnicott, 1948/1996, p. 25)

A um bebê que não é oferecido a hospitalidade necessária, este momento de quietude e indistinção entre objeto e sujeito é substituída pela reatividade e pela subserviência (*compliance*) aos entes da realidade externa que se tornaram muito importantes muito cedo (Winnicott, 1949/2007). Com efeito, interpelam o infante justamente quando deveria perdurar na experiência indeterminada de seus primeiros relacionamentos objetais, momento de pura ilusão criativa e da asserção de sua potência criativa, alheia ao confronto com a realidade objetiva. Para preservar a potência de sua criatividade para um outro momento, com efeito, ocorre a cisão da personalidade. A instância mais “autêntica” da personalidade se mantém congelada, “à espera de melhores condições ambientais e pessoais para ser, então, experienciado e integrado à personalidade total do paciente” (Fulgencio, 2011, p. 62).

Por outro lado, um *self* adaptativo e dito falso (Winnicott, 1960/1990) se encarrega, duplamente, tanto de se adaptar à interpelação intrusiva do ambiente (daí a ideia romântica de ser algo “falso”) quanto de proteger o *self* verdadeiro e autêntico, aguardando uma vivência futura em um ambiente mais propício. Diga-

se de passagem, em termos clínicos, é isso que tradicionalmente se espera de uma psicanálise no âmbito desta compreensão, ou seja, a criação de um ambiente e de uma relação que possa oferecer as condições que estiveram ausentes nos primórdios da vida do sujeito.

Fora dos infortúnios de um ambiente intrusivo e pouco hospitaleiro, tem-se a possibilidade do advento de um sujeito integrado, espontâneo e verdadeiro, capaz de se reconhecer e de ser reconhecido enquanto uma existência auto-reflexiva e coerente no tempo. Este expediente desenvolvimentista, tomado isoladamente, aparece não somente como muito otimista, mas distintivamente prescritivo. Todavia, como bem apontou Adam Phillips (2007), a isso se acrescenta um outro paradoxo, pensado nos últimos vinte anos da vida de Winnicott, a convivência desta proposição teleológica com uma “teologia negativa do *self*, na qual o *self* verdadeiro não poderia ser facilmente descrito, mas apenas inferido em contraste com tudo que não poderia ser o falso *self*” (p. 97). É nesse sentido que o comentador escreve que o verdadeiro *self*, “estritamente falando, não pode ser definido, na medida em que compreende o que é distintivo e original acerca de cada sujeito. Ele é simplesmente uma categoria para o idiossincrático” (Phillips, 2007, pp. 134-135).

Ou seja, ao avizinhar a conceituação do verdadeiro *self* à tradição da teologia negativa, Phillips (2007) abre uma rota interessante para interrogarmos não apenas esta noção winnicottiana costumeiramente entificada, mas também a própria ideia de *cisão*. A teologia negativa, ou teologia apofática, em termos gerais, é um recurso hermenêutico empregado na filosofia e na religião no qual o “*não-conhecer (unknowing)* é tanto um problema epistemológico e uma experiência que está no coração da escritura apofática” (Henderson, 2012, p. 7).

De acordo com esta aproximação, o cerne do objeto investigado (pela teologia e pela filosofia, classicamente, mas também na psicanálise winnicottiana no olhar de Phillips (2007), não se atingiria pela via dita positiva da lógica filosófica, mas pela via negativa, por aquilo que não pode ser positivado, que não se pode conhecer. “Uma das dificuldades epistemológicas que a psicanálise enquanto ciência enfrenta”, escreve Gunnar Karlsson (2000),

é a de que seu objeto – o inconsciente – é constituído em termos de negatividade. Que outra ciência investiga algo que é definido pelo prefixo *un-* [em referência ao termo alemão original, *Unbewusste*]?! A única disciplina semelhante, nesse sentido, pode ser a chamada “teologia negativa”, que propõe que uma compreensão de Deus só pode ser atingida ao se afirmar o que Deus não é. (p. 4)

Em síntese, podemos conjecturar a partir desta leitura – que veremos a seguir ser pertinente – que o verdadeiro *self* se define justamente por aquilo que ele não é, enquanto também guarda algo de teológico, no sentido de atribuir papel central a uma força criadora que não se conhece e não se deve conhecer. Avancemos, conseqüentemente, à proposição de que a identidade está justamente ali onde o verdadeiro *self* não está. Para este esforço, cabe investigar o movimento conceitual que Winnicott faz em sua compreensão da cisão, o estatuto e a origem do núcleo incomunicável e isolado do *self* e sua relação com o verdadeiro *self* e, finalmente, quais efeitos estes postulados apresentam para a noção de identidade.

A economia descritiva que Winnicott legou ao verdadeiro *self*, no ensaio de 1963 intitulado *O comunicar e o não-comunicar levando a um estudo de certos opostos*, dá lugar a uma série de expedientes taxativos e de revisões teóricas acerca da cisão e do chamado núcleo do *self* que foram suficientes para causar estranheza em seus colegas e comentadores (Guntrip, 1968; Rodman, 2003). Um pouco mais de dez anos antes deste texto, Winnicott pensaria o isolamento e a cisão no sujeito como um atentado a sua integração e possibilidade de experiência de si em sua forma mais plena enquanto exemplo de “como a tendência de uma cisão no enquadre ambiente-indivíduo pode começar através de uma falência na adaptação ativa da parte do ambiente nos primórdios” (Winnicott, 1952/1987, p. 224).

Sendo assim, “nos casos extremos de cisão, a vida secreta tem muito pouco nela própria derivado da realidade externa. É verdadeiramente incomunicável” (Winnicott, 1963/1990, p. 225). Todavia, no contexto de sua reflexão acerca da possibilidade de comunicação, tendo em mente sua noção de *self* verdadeiro, Winnicott afirma:

Estou postulando que na pessoa saudável (madura, isto é, no que diz respeito ao desenvolvimento de suas relações de objeto) há a necessidade de *algo que corresponda ao estatuto da pessoa cindida*, na qual uma parte da cisão se comunica silenciosamente com objetos subjetivos. Há lugar para a ideia de que o relacionamento e a comunicação significativa são silenciosos. (Winnicott, 1963/1990, p. 185, grifos nossos)

Nesse sentido, compreendemos a assertiva feita em *Natureza humana* (Winnicott, 1990), de que “a cisão é um estado essencial em todo ser humano” (p. 158). Se o *self* verdadeiro é tido como incomunicável e alheio à relacionalidade com objetos objetivos, a proposição do isolamento e da cisão como eventos patológicos e excepcionais se torna algo constitutivo do sujeito. Ademais, do ponto de vista do verdadeiro *self*, “o indivíduo sabe que nunca deve ser comunicado com ou influenciado pela realidade externa” e, mesmo que “as pessoas saudáveis se comuniquem e gostem de se comunicar”, é igualmente verdadeiro que “*cada indivíduo é um isolado, permanentemente não-comunicado, permanentemente desconhecido, de fato nunca encontrado*” (Winnicott, 1963/1990, p. 187).

O postulado do verdadeiro *self* como silencioso e incomunicável, radicalmente idiossincrático – como testemunha o trecho supracitado, notável por uma insistência inédita ao estilo winnicottiano –, no sumário escrito por Winnicott para seu texto de 1963, é coroado com uma outra metáfora. O psicanalista inglês escreve que o *self* verdadeiro é “para sempre imune ao princípio de realidade, e para sempre silencioso. Neste, a comunicação não é não-verbal; ela é, como a música das esferas, absolutamente pessoal. Ela é pertinente à vivacidade” (Winnicott, 1963/1990, p. 192).

Mais uma marca cuja tônica recai no aspecto teológico da teologia negativa do *self* verdadeiro, a música das esferas é um conceito filosófico arcaico, remontando a Pitágoras, que se localiza tanto no universo e no movimento dos corpos celestes quanto nos próprios interiores do corpo humano. Um murmúrio quase uterino, portanto elusivo e não simbolizável, que dá notícias de uma vida e de um corpo em movimento, reafirmando a descrição econômica de que, com o termo “verdadeiro *self*”, o psicanalista compreenda “não muito mais que a soma da vivacidade sensório-motora” (Winnicott, 1960/1990, p. 149). Este é um sólido

testemunho de que Winnicott propôs que, no cerne do sujeito, sua “verdade” última não é de qualidade prosaica, mas antes e principalmente, poética.

Porém, devemos questionar. Se a cisão, no modelo patológico anterior, originar-se-ia de um ambiente intrusivo e traumático, qual seria a causa da cisão no modelo que chamamos de constitutivo? Dito de outra forma, que faria Winnicott substituir o foco do sujeito integrado ao sujeito cindido e descentrado, no sentido de que seu cerne verdadeiro está sempre alhures, avesso ao princípio de realidade?

Um caminho de resposta está no deslocamento feito pelo autor, em *O comunicar e o não comunicar*, do alvo costumeiro de suas interrogações psicanalíticas. Neste ensaio, ao invés de sujeitos traumatizados, o psicanalista se propõe a pensar sobre o “indivíduo mais normal”, aquele que não teve que viver predominantemente a reagir contra a “falha grosseira do ambiente facilitador, para o qual os processos maturacionais tiveram alguma chance” (Winnicott, 1963/1990, p. 184). Nestes casos, neuróticos, por assim dizer, ele aponta que

deve-se constar a não-comunicação ativa (retraimento clínico), na medida em que a comunicação muito facilmente se associa a algum grau de relacionamento objetal falso ou submisso (*compliant*); a comunicação em segredo ou silenciosa com os objetos subjetivos, que porta o sentimento de realidade, deve tomar preeminência periodicamente para preservar o equilíbrio. (Winnicott, 1963/1990, p. 184)

Com efeito, o sujeito se volta à experiência com objetos subjetivos para restaurar um sentimento de realidade que não pode ser experimentado na relação com objetos objetivos, representantes via de regra de uma forma de relacionalidade submissa (*compliant*). Assim, a relação do sujeito com o mundo externo é exemplar do que Phillips (2007) chamou de uma “concessão comprometedora por parte do *self*” (p. 148). O que é uma afirmação de fato surpreendente, na medida em que se deriva dela uma operação aloplástica no sujeito que não é mais restrita apenas aos ambientes não-adaptativos. A concessão comprometedora do *self*, em suma, é uma ocorrência indissociável da própria subjetivação, e não algo restrito aos cenários traumáticos.

O que haveria, porém, na relação com objetos objetivos a ponto de representar tal comprometimento via submissão? E por que a relação com os objetos subjetivos representaria ao sujeito uma alternativa face a este mesmo comprometimento?

Os Objetos Subjetivos e a Relacionalidade Informe (formless)

A resposta a estas questões parte das ideias enunciadas no próprio *O comunicar e o não comunicar* a respeito do desenvolvimento da comunicação e da relacionalidade, no que se refere à passagem do registro da relação com objetos subjetivos à relação com objetos objetivamente percebidos. Para o psicanalista, na medida em que o bebê começa a se relacionar com os objetos objetivos, ele “gradualmente deixa a área da onipotência”, efetivamente aprendendo a se comunicar com o uso da linguagem e também a recusar a comunicação. Em suas próprias palavras, “aqui aparecem, então, duas coisas *novas*, o uso e fruição de modos de comunicação e o *self* não-comunicante, ou o núcleo pessoal do *self* que é um verdadeiro isolado” (Winnicott, 1963/1990, p. 182).

Mesmo que o sujeito possa fruir dos modos de comunicação e relacionalidade com objetos objetivos – e que, obviamente, sem essa relação a sobrevivência seria impossível ou severamente limitada –, mesmo que lhe seja essencial “ser encontrado” (Winnicott, 1963/1990), sua necessidade de não se comunicar e de não ser encontrado se afirma com distinta insistência. A onipotência característica da relação com objetos subjetivos e sua preservação aparece como principal motivo para a recusa da relacionalidade com os objetos objetivos, na medida em que o sujeito, ao perceber que o objeto já não está mais sob seu controle onipotente (Winnicott, 1969/2005), ainda mantém a necessidade de experimentar-se como criador e controlador dos fenômenos que o rodeiam, não influenciado e não submisso à vontade alheia.

Todavia, esta leitura tende a hipertrofiar a descrição gramatical do sujeito enquanto agente. Quando dizemos que o sujeito cria e controla seus objetos, dispostos à sua ilusão onipotente, falseamos a importância que Winnicott dá à ausência da reivindicação de agência e unidade egoica características da relação com objetos subjetivos. Se o relacionar-se com objetos subjetivos é distinto da relação com objetos objetivos, isso se dá especialmente pela mudança de natureza do objeto, quando um índice de percepção faz com que o

sujeito ainda não autoconsciente se engaje no processo de encontrar o objeto. É isto que afirma Winnicott (1969/2005) no resumo processual da passagem de uma relação à outra durante o desenvolvimento:

(1) O sujeito *se relaciona* com o objeto. (2) O objeto está em processo de ser encontrado, ao invés de ser colocado no mundo pelo sujeito. (3) O sujeito *destrói* o objeto. (4) O objeto sobrevive à destruição. (5) O sujeito pode *usar* o objeto. (p. 126)

Se o objeto não é conhecido, o sujeito não se relaciona com nada além de uma parte indistinta de um universo imiscuído, onde o si e o outro não existem distintamente. É por esta razão que a noção de projeção ganha um estatuto completamente diferente, e Winnicott tenta se fazer claro sobre isso ao apontar que

nos é familiar a mudança pela qual os mecanismos de projeção permitem ao sujeito tomar conhecimento do objeto. Isto não é o mesmo que dizer que o objeto existe para o sujeito por causa da operação de seus mecanismos de projeção. O observador primeiramente tende a lançar mão de palavras que parecem se aplicar a ambas ideias ao mesmo tempo mas, sob escrutínio, podemos ver que elas não são de forma alguma idênticas. É exatamente aqui que dirigimos nosso estudo. (Winnicott, 1963/1990, p. 122)

Como de costume, Winnicott chama atenção para a distinção entre duas formas de projeção, mas deixa a nós o papel de completar a lacuna do porquê assim o seria. Scarfone (2005), porém, sugere um caminho de resposta interessante para a argumentação aqui desenvolvida. Mesmo que o conhecimento epistêmico do objeto não esteja em questão na experiência projetiva do sujeito isolado, há, por outro lado, uma experiência emocional implicada no relacionar-se. Com efeito, segundo o psicanalista canadense,

Não cabe dizer aqui de separação; portanto, alguém poderia argumentar que *a realidade do objeto é a experiência emocional que ocorre na composição sujeito-objeto*. (...) A palavra “projeção” neste estágio é, portanto, uma palavra usada como uma *negação primordial* de qualquer senso de separação. (...) E se concedemos que a diferença não ocorre na “composição sujeito-objeto” e na experiência emocional, então *relacionar-se* significa de fato “estar em um

dado estado emocional”. *O sujeito existe, poder-se-ia dizer, mas ele ainda não sabe que existe.*

O objeto também existe, mas ainda não é conhecido. (Scarfone, 2005, p. 5-6, grifos nossos)

Em síntese, a relação com objetos (distinta do uso de objetos) é uma forma de experiência na qual, para além da afirmação da onipotência ilusória enquanto motor da criatividade, está em jogo o total desconhecimento da distinção entre Eu e outro. Utiliza-se o verbo “comunicar” e mesmo “relacionar” enquanto descrição desta experiência com objetos subjetivos, com efeito, um tanto impropriamente, na medida em que tais operações pressuporiam minimamente dois participantes distintos em ação relacional e comunicativa.

De fato, não é o caso, e superar a limitação gramatical abre a possibilidade de repensarmos as razões da afirmação um tanto dramática de Winnicott de que a comunicação com objetos objetivos, ao recusar a cognoscibilidade tanto do sujeito quanto do objeto, abre espaço para uma experiência que não ocorre no comércio com objetos objetivos. “Não parece haver dúvidas de que”, escreve ele, “mesmo diante de toda sua futilidade do ponto de vista do observador, a comunicação sem saída (*cul-de-sac*) porta todo o sentimento de realidade” (Winnicott, 1963/1990, p. 184).

A comunicação sem saída (*cul-de-sac*) é associada por Winnicott (1963/1990), evocativamente, à pintura abstrata, “que não tem nenhuma validade geral” (p. 183), no sentido que não se compromete com a necessidade de comunicar a expressão artística de acordo com os acordos estéticos, causando no observador uma impressão emocional. A alusão à arte abstrata se torna ainda mais interessante quando resgatamos que sua iniciativa foi a de romper com a representação objetiva do mundo, tornada um paradigma pela arte renascentista, priorizando o movimento em detrimento da forma estática.

Paul Klee (2015), um dos artistas mais imediatamente associados ao abstracionismo, sintetiza a animosidade da vanguarda que ele representava a respeito da obediência aos acordos formais que deveriam desconstruir:

A forma como movimento, como ação, é uma boa coisa; a forma ativa é boa. A forma como estática, como final, é ruim. A forma passiva, terminada, é ruim. A formação é boa, a forma é

ruim; a forma é o fim, a morte. Formação é movimento, é ato. A formação é a vida. (Klee, 2015, sem paginação)

Podemos afirmar que, implicitamente, Winnicott (1963/1990) associe a forma de comunicação (sem saída) que uma pintura abstrata estabelece com seu observador é semelhante à relação com objetos subjetivos, na medida em que ambos não se dão através da mediação da comunicação indireta, cujo exemplo maior é o uso das palavras.

Ademais, a evocação da arte abstrata – e a crítica à forma enunciada por Klee (2015) – como metáfora para a comunicação com objetos subjetivos se associa a outro aspecto do pensamento winnicotiano acerca da criatividade que é de fundamental valia à nossa argumentação, qual seja, a noção de informe (*formlessness*).

Em algumas seções de *O brincar e a realidade*, Winnicott, sem arriscar uma definição da noção de informe (*formlessness*), nos dá notícias da importância da mesma em sua teorização, e veremos o quanto isso se articula com o que vimos pensando até agora. Em *O brincar: atividade criativa e a busca pelo self* (Winnicott, 1971/2005), há uma ilustração evocativa nesse sentido, que se dá no exemplo de um paciente que responde a um psicanalista esperto e interpretativo que aparenta saber demais.

Um psicanalista que, acrescentando-se, poderia ser o próprio Winnicott explicando a seu analisando o sentido da criatividade, para então receber como resposta: “Entendo o que quer dizer; eu sou eu mesmo quando me sinto criativo e quando esboço um gesto criativo, e agora a busca está encerrada” (Winnicott, 1971/2005, p. 73-74). Dito de outra maneira, o paciente recebe a comunicação que insinua ser a criatividade uma forma final e acabada e, em sua própria comunicação ao analista, demonstra submissão e, *influenciado* pela esperteza de seu interlocutor e o poder investido na transferência, encerra sua busca.

Todavia, Winnicott (1971/2005) rapidamente contesta este exemplo de abuso pedagógico na análise, chamando o leitor de lado para dizer que “sabemos que mesmo a explicação mais correta é ineficiente” (p. 74), no sentido de que há um outro tipo de experiência, notadamente não-intelectiva, que ocorre no *setting* analítico. “A experiência”, avança o psicanalista,

de um estado sem finalidade (*non-purposive*), que alguém poderia chamar de *uma espécie de operação silenciosa (ticking over) da personalidade não-integrada*. Referi-me a isso como informe (*formless*) na descrição do caso. (Winnicott, 1971/2005, p. 74, grifos nossos)

A descrição de caso referida pelo psicanalista se encontra no capítulo anterior do mesmo livro, intitulado *O brincar: uma proposição teórica*, em uma seção apropriadamente chamada de *A área do informe (The area of formlessness)*. Neste, Winnicott comenta sobre uma analisanda que resgatava em seus sonhos a esperança – projetada no analista – de poder experimentar a ausência de forma que não lhe havia sido permitida até então. Seu ambiente de infância, escreve o psicanalista, “parecia incapaz de permitir que ela fosse informe (*formless*)” (Winnicott, 1968/2005, p. 45) e, ao contrário, “conforme ela o havia sentido, padronizou-a e a moldou em formas concebidas por outras pessoas” (Winnicott, 1968/2005, p. 46).

De forma consequente, voltando ao ensaio sobre o brincar e a busca pelo *self*, Winnicott enunciará a sentença que não deixa dúvidas sobre a importância da ausência de forma (*formlessness*) para sua contribuição mais importante à psicanálise. “O procurar”, escreve Winnicot sobre a busca pelo *self*,

deve apenas ocorrer do funcionamento informe desordenado, ou talvez do brincar rudimentar, como se em uma zona neutra. *É apenas aqui, neste estado não-integrado da personalidade, que o que descrevemos como criativo pode aparecer*. (Winnicott, 1967/2005, p. 86, grifos nossos)

Considerações Finais

Voltemos à hipótese central de que as ideias winnicottianas acima apresentadas contêm a forma germinal de uma crítica às identidades e, conseqüentemente, de uma possível concordância com a celebração pós-estruturalista do decentramento do sujeito.

O verdadeiro *self*, conforme vimos, é o postulado originário de uma força vital ligada ao funcionamento do corpo, indissociável da forma com que o outro recebe seus gestos. A relacionalidade estabelecida no âmbito desta instância não é marcada pelo conhecimento dos atores em jogo, mas por uma realidade fragmentária e abstrata em que a interpelação dos objetos subjetivos não se dá pela mediação dos

predicados do sujeito característicos da lógica identitária. Após o advento da relação com objetos objetivos e o uso da linguagem, a realidade do verdadeiro *self*, na vida individual, irá se revestir daquilo que Winnicott chamou de *self* nuclear, incomunicável e indisponível à interpelação por objetos objetivos.

Com efeito, na medida em que preserva no sujeito uma experiência de vivacidade, em que sujeito e objeto não são distinguíveis, e que a fragmentação e o movimento permanente tomam preeminência frente à assunção identitária do sujeito subjetivo e dos objetos objetivos, o *self* verdadeiro ou nuclear não é uma instância identitária. Antes, ele se encarrega de preservar o ser (*being*) do sujeito enquanto a continuidade do informe (*formless*), preservando “este estado não-integrado da personalidade [no qual] o que descrevemos como criativo pode aparecer” (Winnicott, 1971/2005, p. 86)

Nesse sentido, alheio ao princípio de realidade (Winnicott, 1963/1990) que, nos aspectos discursivos e práticos da ideologia (Althusser, 1980), indica quais os predicados identitários que o sujeito deveria se conformar para se tornar reconhecível, o verdadeiro *self* se mostra muito mais como uma instância que aponta permanentemente para a resistência à conformação identitária.

Referências

- Althusser, L. (1980). *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado: notas para uma investigação*. (Joaquim José de Moura Ramos. Trad.). Lisboa: Editorial Presença.
- Bowker, M., & Buzby, A. (2017). *D.W. Winnicott and Political Theory: Recentring the Subject*. New York: Palgrave Macmillan.
- Bulamah, L., & Kupermann, D. (2014). Notas para uma história de discriminação no movimento psicanalítico. *Estudos Da Língua(Gem)*, 11(1), 147–164.
- Freud, S. (1973). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (Jayme Salomão, Trad.). In. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. VII). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1905).
- Freud, S. (2010). O Inconsciente (Paulo César de Souza, Trad.). In. *Obras completas*. (Vol XII. pp. 99-150). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1915).
- Frosh, S. (2010). *Psychoanalysis outside the clinic: interventions in psychosocial studies*. New York: Palgrave Macmillan.
- Fulgencio, L. (2011). A importância da noção de experiência no pensamento de D. Winnicott. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 28(1), 57–64.
- Giddens, A. (1990). *The consequences of modernity*. Cambridge: Polity.
- Giddens, A. (1991). *Modernity and self-identity: self and society in the late modern age*. Cambridge: Polity.
- Guntrip, H. (1968). *Schizoid phenomena, object relations and the self*. New York: International Universities Press.
- Henderson, D. (2012). *Apophatic elements in the theory and practice of psychoanalysis: Pseudo-Dionysius and C. G. Jung*. London: Routledge.
- Honneth, A. (2015). *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais* (Luiz Repa, Trad.). São Paulo: Editora 34.
- Liotard, J-F. (2008). *A condição pós-moderna* (Ricardo Correa Barbosa, Trad). Rio de Janeiro: José Olympio.
- Bezerra Jr., B., & Ortega, F. (2007). *Winnicott e seus interlocutores*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

- Karlsson, G. (2000). The question of truth claims in psychoanalysis. *The Scandinavian Psychoanalytic Review*, 23(1), 3–24.
- Klee, P. (2015). *Paul Klee*. New York: Parkstone International.
- Laing, R. D. (1973). *The divided self*. 3a. ed. New York: Penguin Books.
- Osmo, A., & Kupermann, D. (2012). Confusão de línguas, trauma e hospitalidade em Sándor Ferenczi. *Psicologia Em Estudo*, 17(2), 329–339.
- Phillips, A. (2007). *Winnicott*. 2a. ed. New York: Penguin Books.
- Rodman, R. (2003). *Winnicott: life and work*. Cambridge: Perseus Books.
- Scarfone, D. (2005). Laplanche and Winnicott meet... and survive. In L. Caldwell (Ed.), *Sex and sexuality: winnicottian perspectives* (pp. 33–53). London: Karnac.
- Whitebook, J. (1992). Reflections on the autonomous individual and the decentered subject. *American Imago*, 49(1), 97–116.
- Williams, J. (2005). *Pós-estruturalismo* (Caio Liudvik, Trad.). Petrópolis: Vozes.
- Winnicott, D. W. (1987). Primitive emotional development. In *Through paediatrics to psychoanalysis: collected papers*. (pp. 145-156). London: Karnac. (Trabalho original publicado em 1945).
- Winnicott, D. W. (1987). Psychoses and child care. In *Through paediatrics to psychoanalysis: collected papers*. (pp. 219-228). London: Karnac. (Trabalho original publicado em 1952).
- Winnicott, D. W. (1990). Communicating and not communicating leading to a study of certain opposites. In *The maturational processes and the facilitating environment*. (pp. 179-192) 2a. ed. London: Karnac. (Trabalho original publicado em 1963).
- Winnicott, D. W. (1990). Ego distortion in terms of true and false self. In *The maturational processes and the facilitating environment*. (pp. 140-152). 2a. ed. London: Karnac. (Trabalho original publicado em 1960).
- Winnicott, D. W. (1990). The capacity to be alone. In *The maturational processes and the facilitating environment*. (pp. 29-36) 2a. ed. London: Karnac. (Trabalho original publicado em 1958).
- Winnicott, D. W. (1996). Primary introduction to external reality. In *Thinking about children*. (pp. 21-28).

London: Karnac. (Trabalho original publicado em 1948).

Winnicott, D. W. (2005). Creativity and its origins. In *Playing and reality*. 4a. ed. London: Routledge. (Trabalho original publicado em 1967).

Winnicott, D. W. (2005). Playing: a theoretical statement. In *Playing and reality*. 4a. ed. New York: Routledge. (Original publicado em 1968).

Winnicott, D. W. (2005). Playing: creative activity and the search for the self. In *Playing and reality*. 4a. ed. London: Routledge. (Trabalho original publicado em 1971).

Winnicott, D. W. (2005a). The location of cultural experience. In *Playing and reality*. 4a. ed. London: Routledge. (Trabalho original publicado em 1967).

Winnicott, D. W. (2005). The use of an object and relating through identifications. 4a. ed. In *Playing and reality*. New York: Routledge. (Trabalho original publicado em 1969).

Winnicott, D. W. (2007). Birth memories, birth trauma, and anxiety. In *Through paediatrics to psychoanalysis: collected papers* (pp. 174-193). 2a. ed. London: Karnac. (Trabalho original publicado em 1949).